



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00115/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/000115 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca da contratação de profissionais auxiliares que se dá somente por meio de decisão judicial. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 00115/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação – LAI, o órgão prestou esclarecimentos à cidadã sobre o pedido e encaminhou, para conhecimento da interessada, arquivo contendo cópia das Portarias expedidas com informações acerca do assunto. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente complementou os esclarecimentos prestados inicialmente e a solicitante foi cientificada.
4. Em análise do caso, observa-se que o pedido não foi realizado com base Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso Informação – LAI). Nesse sentido, cumpre esclarecer que o Sistema de Informações ao Cidadão - SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, nos termos do artigo 7º da Lei de Acesso à Informação - LAI.
5. Ressalta-se que a LAI garante acesso a informações existentes nos órgãos e entidades públicas, no entanto, pedidos que não especifiquem a informação desejada ou que requerem providências do órgão fogem ao escopo da Lei de Acesso à Informação (LAI), não configurando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.
6. Cabe, ainda, salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
7. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
 8. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/12, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
 9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de abril de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202303446A